

CONSULTAS PÚBLICAS DAS ESCOLAS CÍVICO - MILITARES DO GOVERNO BOLSONARO

PUBLIC CONSULTATIONS OF THE BOLSONARO GOVERNMENT'S CIVIL - MILITARY SCHOOLS

CONSULTAS PÚBLICAS DE LAS ESCUELAS CIVILES - MILITARES DEL GOBIERNO DE BOLSONARO

*Guilherme de Souza Marquesⁱ
Marcelo Paula de Meloⁱⁱ*

RESUMO: O objetivo do estudo é analisar os documentos dos processos das consultas públicas para a implementação das Escolas Cívico-Militares. Logo, realizamos uma revisão de literatura, bem como uma varredura nos documentos normativos, de orientação e jurídicos dessa política pública educacional do governo Bolsonaro. Com intuito de criar uma problematização da questão foram elaboradas as seguintes perguntas: os documentos dos processos para realizar as consultas públicas para implementação das ECIM vem demonstrando de forma explícita as concepções de mundo de um projeto da extrema direita representada pelo governo em tela? Identificamos que as consultas públicas podem apresentar processos antidemocráticos gerando uma aprovação impositiva do modelo.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas Cívico-Militares, Política Pública, Consulta Pública.

SUMMARY: The objective of the study is to analyze the documents of the public consultation processes for the implementation of Civic-Military Schools. Therefore, we carried out a literature review, as well as a scan of the normative, guidance and legal documents of this public educational policy of the Bolsonaro government. In order to create a problematization of the issue, the following questions were created: do the process documents for carrying out public consultations for the implementation of the ECIM explicitly demonstrate the conceptions of the world of a far-right project represented by the government in question? We identified that public consultations can present undemocratic processes, generating an imposing approval of the model.

KEYWORDS: Civic-Military Schools, Public Policy, Public Consultation.

RESUMEN: El objetivo del estudio es analizar los documentos de los procesos de consulta pública para la implementación de Escuelas Cívico-Militares. Para ello, realizamos una revisión de la literatura, así como un escaneo de los documentos normativos, orientativos y legales de esta política pública educativa del gobierno de Bolsonaro. Para crear una problematización del tema, se crearon las siguientes preguntas: ¿los documentos de proceso

para la realización de consultas públicas para la implementación del ECIM demuestran explícitamente las concepciones del mundo de un proyecto de extrema derecha representado por el gobierno en cuestión? Identificamos que las consultas públicas pueden presentar procesos antidemocráticos, generando una aprobación imponente del modelo.

PALABRAS CLAVE: Escuelas Cívico-Militares, Política Pública, Consulta Pública.

INTRODUÇÃO

O texto tem como o objetivo apresentar elementos, nos documentos do processo de consulta pública das Escolas Cívico-Militares durante governo Bolsonaro, que expressam as concepções de mundo e projetos societários da extrema direita representado por aquele bloco no poder no Brasil de 2019-2022. A pesquisa utilizará como referencial teórico-metodológico o Materialismo Histórico-dialético, a fim de compreender um fenômeno da sociedade burguesa como as ECIM na atual correlação de forças entre classes sociais em luta. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica de textos acadêmicos, juntamente com uma varredura acerca dos documentos normativos federais das Escolas Cívico-Militares. Nominalmente foram analisados: Cartilha de Consulta Pública, Cartilha de Orientação, o decreto federal 10.004 de setembro de 2019 e as Diretrizes das Escolas Cívico-Militares. Todavia, com intuito de começar a explicitar o tema observamos que setores abertamente reacionários e conservadores vem propalando a defesa das Escolas Cívico-Militares e, dentre as suas justificativas sinalizam que essas instituições, em sua aparência, têm como objetivo o aumento dos conceitos dos alunos em avaliações externasⁱⁱⁱ, a redução de crimes (como roubos) e disciplinar os alunos.

Para gerar um caminho para a problematização da questão das Escolas Cívico-Militares elaboramos a seguinte pergunta: os documentos dos processos para realizar as consultas públicas para implementação das ECIM vem demonstrando de forma explícita as concepções de mundo de um projeto da extrema direita representada pelo governo em tela? Igualmente, o texto se junta a um conjunto de pesquisas realizadas como de Veiga (2020), Guimarães (2019) que constata que discurso da violência para a instalação das escolas militarizadas está abstraído da materialidade; já Marques (2021) afirma que essa concepção é um projeto de formação neoliberal conservadora-neofascista. Portanto, justifica-se o presente na busca de contraposição entre aparência e essência do fenômeno.

Essa análise coaduna com o que temos visto nas últimas décadas, em que juntamente ao aumento de um conjunto de ações de grupos empresariais na educação (MOTTA; SILVA, 2017), observa-se os grupos de extrema direita se radicalizaram, recrudescendo seu campo de atuação (GAWRYSZEWSKI; MOTTA, 2019). Essa hipertrofia resulta na vitória eleitoral a agente de alto escalão Jair Messias Bolsonaro, candidato a Presidência da República do país, pelo Partido Social Liberal (PSL) em 2018^{iv}. Em campanha política ele já afirmava que intensificaria o processo de militarização das escolas brasileiras que já vinha e vem acontecendo em todo o território nacional, tendo seu início no estado de Goiás.

Dito isso, estruturamos o texto com os seguintes itens: no primeiro, apresenta-se o referencial teórico-metodológico e procedimentos para a realização do estudo; segundo, trata-se acerca da síntese do processo de militarização das escolas públicas brasileiras; e no quarto, elementos para estruturação de uma política pública de militarização em âmbito federal; depois, apresenta-se a exposição da dinâmica das consultas pública das Escolas Cívico-Militares e alguns discursos de sustentação da política.

REFÊNCIAL TEÓRICO, MÉTODO E PROCEDIMENTOS

A pesquisa utilizará como referencial teórico-metodológico o Materialismo Histórico-dialético desenvolvido por Karl Marx e operado pelos marxistas como o italiano Antônio Gramsci, a fim de compreender um fenômeno das ECIM na sociedade burguesa. Nesse sentido, o estudo segue um caminho teórico explicativo sobre a égide de levantamento bibliográfico e análise de documentos. Fizemos uma leitura atenta dos documentos administrativos como a Cartilha para Consulta Pública, a Cartilha de Orientação e as Diretrizes das Escolas Cívico-Militares. Elaboramos a seguinte questão: os documentos dos processos para realizar as consultas públicas para implementação das ECIM vem demonstrando de forma explícita as concepções de mundo de um projeto da extrema direita representada pelo governo em tela?

Logo, para nos lançar em busca de uma análise é preciso uma leitura atenta dos documentos das políticas públicas dos Institutos Cívico-Militares. Entendemos que a hegemonia, consenso, coerção, intelectuais e ideologia são categorias basilares para a aquisição das relações contraditórias de disputas de classes antagônicas e identificar a luta pelo direcionamento e o controle social, os quais tencionam o consenso obtido como uma ferramenta para a reprodução das relações sociais de produção capitalista (NOMA; KOEPEL; CHILANTE, 2010). Entende-se, aqui, que “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica” (GRAMSCI, 1978, p. 37). Contudo, quando mencionamos o pedagógico no referido texto não nos prendemos às relações sociais na dimensão exclusivamente escolar, mas no seu sentido amplo nas múltiplas faces da produção e reprodução da vida social daqueles que formam a organização social vigente, burguesa.

A dinâmica da hegemonia se apresenta como relação que se mantém em constante movimento-, podendo alterar as relações de classes e frações da classe trabalhadora e burguesa; é, diante desse contexto, que a atuação da burguesia reacionária da educação acontece. Nesse sentido trazemos Gramsci que diz,

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado= sociedade política+ sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção) (GRAMSCI, 2007, p. 244).

Coutinho (2011), ao diferenciar Sociedade Política de Sociedade Civil, salienta que a sociedade política conta com os “portadores materiais” da burocracia executiva e militar e a Sociedade Civil possui como “portadores materiais” aquilo que Gramsci nomeou como Aparelhos Privados de Hegemonia. Em outras palavras, são organizações da sociedade civil que possuem uma relativa autonomia em relação ao Estado no seu sentido estrito. A ação de fazer parte desses organismos costuma ser voluntária e por meio da sua mediação na sociedade civil, as classes e suas frações vão em busca de efetivar a hegemonia, persuadindo aliados para sua posição em relação a visão de mundo e homem e de consenso (COUTINHO, 2011).

Ademais, a categoria hegemonia está situada em um aspecto que revela a propensão de uma classe subordinar as classes adversárias e dirigir as, aliadas, mesmo em momentos que antecedem sua chegada ao poder; podem se tornar dirigentes e, concomitante, dominantes (GRAMSCI, 2007). Com vistas as disputas constantes de concepção de mundo, os APHs das diversas classes e frações de classes sociais batalham pelo consenso ativo por meio de ações político ideológicas em diversas frentes de luta.

Portanto, a batalha pela hegemonia inclui não apenas os aparelhos privados na sociedade civil, mas também a atuação da própria aparelhagem estatal. Não é por outra razão que Gramsci desenvolve o conceito de Estado educador, como veremos logo abaixo. Essa combinação de consenso e a coerção, em um equilíbrio se alternando entre esses dois pólos, sem que a coerção avance em demasia em relação a persuasão, é marca constante das ações burguesas na consolidação de seus interesses de classe. Porém, as ações de coerção devem se apresentar ancoradas no consenso das massas que tem pensamentos extraídos e exibidos pelos mais variados mecanismos de difusão de visão de mundo burguesa. Portanto, lemos que “para a vida de um Estado duas coisas são absolutamente necessárias: as armas e a religião” (GRAMSCI, 2007, p. 243).

Nessas atividades que tem como intuito persuadir as massas entende-se que, “[...] o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (GRAMSCI, 2007, p. 119). Por isso, nos alinhamos aos pensamentos do referido que diz,

As ideias e as opiniões não ‘nascem’ espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política da atualidade (GRAMSCI, 2007, p. 82).

As diversas reflexões até aqui apresentam pistas importantes para a continuidade do debate sobre a batalha para a conquista da hegemonia que para Gramsci afirma que (2001, p. 30), os intelectuais possuem um papel fundamental,

são intelectuais (ou desempenham uma função intelectual) todos os membros de

© Rev. Práxis e Heg Popular	Marília, SP	v.9	n.14	p. 110-126	Jun/2024	eISSN 2526-1843
-----------------------------	-------------	-----	------	------------	----------	-----------------

um partido político, de um sindicato, de uma organização social. Ele distingue, por um lado, entre o ‘grande intelectual’, aquele que cria novas concepções do mundo, e a massa dos demais intelectuais, que difundem tais concepções; e, por outro, faz também uma decisiva distinção entre ‘intelectuais orgânicos’, que são gerados diretamente por uma classe e servem para lhe dar consciência e promover sua hegemonia, e ‘intelectuais tradicionais’, que se vinculam a instituições que o capitalismo herda de formações sociais anteriores (como as Igrejas e o sistema escolar) [...] Tarefa de uma classe que busca hegemonia é não apenas criar seus próprios intelectuais ‘orgânicos’, mas também assimilar aqueles ‘tradicionais’.

Capturar a capacidade organizativa da ideologia insere possibilidades para identificar os movimentos entre as classes, pois, as concepções de homem e mundo, igualmente operam como administradores das classes enquanto são necessárias em dado período histórico, influem no posicionamento humano, na disputa pela consciência, no direcionamento das guerras, das batalhas e lutas. Logo, “[...] são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.” (GRAMSCI, p.62-63).

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: MILITARIZAÇÃO DO ENSINO

Há tempos existem colégios militares de educação básica no Brasil, tendo como vínculo às Forças Armadas Brasileiras. Ademais, parte dos trabalhadores e seus filhos buscam essas intuições pelos resultados nas avaliações padronizadas e o acesso às escolas superiores militares, que em geral promovem como possibilidade de profissões dentro das Forças Armadas muito cobiçadas, sobretudo pelos setores populares (VEIGA, 2020).

Igualmente existem Colégios do Corpo do Bombeiro Militar (CBM) e da Polícia Militar (CPM) que são escolas públicas do Ensino Básico, ofertam o ensino fundamental e médio, tendo como preceitos os modelos de escolas militares já citadas das Forças Armadas. Essas instituições encontram-se distribuídas em todo território nacional para atender as demandas dos trabalhadores da segurança pública dos estados. Todavia, não trabalham com o processo de continuidade na carreira militar (VEIGA, 2020). Nosso texto terá como algo outro modelo conhecido como militarização das escolas públicas regulares. As primeiras experiências se deram nos governos do Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB) no estado de Goiás.

Em 2001 foi transferida a gestão das estruturas do Colégio Hugo de Carvalho Ramos da Secretaria de Educação para a Polícia Militar, por meio da Lei nº14. 044, de 21/12/2001. Porém, com o decorrer do tempo outras Leis foram criadas dando continuidade ao processo de militarização da educação no estado. Segundo Guimarães (2017), “a partir de 2013, o Estado de Goiás acelerou o processo de transferência das

escolas públicas para a Polícia Militar” (p.10).

Outra questão propalada se refere às metas atingidas dessas instituições em avaliações externas (GUIMARÃES, 2019). Os defensores do projeto afirmam que, com a transposição da gestão das escolas das secretarias de educação para as instituições da Polícia Militar do Estado de Goiás, supostamente, vêm indicando o aumento dos índices dessas avaliações no âmbito local e nacional (GUIMARÃES, 2019; VEIGA, 2020). Concordamos com Veiga que diz (2020, p.30) “Esse mérito quase sempre é atribuído aos princípios e valores militares que norteiam seu trabalho educativo, entre eles: ordem, disciplina e organização”. Igualmente temos acordo com Marques (2021, p.92) que diz que é “preciso enfatizar, no entanto, que esses colégios militarizados recebem mais recursos comparados aos colégios civis; portanto, o aumento das notas pode estar associado a esse fator”. Estamos falando de custo aluno exponencialmente maior que das escolas públicas similares das redes municipais e/ou estaduais regulares.

As escolas militarizadas diferem dos colégios militares “tradicionais”, em especial nos processos formativos, pois os segundos, geralmente, teriam como objetivo formar os alunos para intervenção profissional em organizações das forças armadas como (Marinha, Exército e Aeronáutica), em todo o território nacional. Já as escolas militarizadas mesmo apresentando suas similitudes com os colégios militares, não tem como objetivo a preparação humana para o trabalho nas forças armadas (GUIMARÃES, 2019).

Nos diversos estados do Brasil em especial no caso Goiás temos percebido uma importância ímpar relacionada a indumentária dos alunos nessas escolas. A vestimenta é um dos componentes de grande relevância para a construção de uma métrica de comportamento de alunos nos institutos militarizados. Cabe mencionar que existe uma clivagem na jornada acadêmica do aluno sinalizando que um estudante seria avaliado pelo seu “currículo” e suas atitudes. Ou seja, essa divisão se expressa na assimilação dos conteúdos e na prática de determinados “valores” derivados das relações sociais militares (GUIMARÃES, 2019; VEIGA, 2020). Tomemos nota que segundo Guimarães (2019) as escolas militarizadas de Goiás também contavam com aportes financeiros em volumes maiores do que as escolas não militarizadas.

Ademais, os colégios militarizados - de Goiás, em especial – tem em sua grade curricular mais duas disciplinas oferecidas pelos polícias militares, sendo estas, as Noções de Cidadania e a Ordem Unida. A primeira envolve questões como civismo e a segunda está relacionada a rotinas inerentes às relações e a lógica dos quartéis militares (GUIMARÃES, 2019).

JAIR MESSIAS BOLSONARO: ELEMENTOS PARA A ESTRUTURAÇÃO DE POLÍTICA DE MILITARIZAÇÃO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO NO GOVERNO FEDERAL

Constituiu-se um projeto educativo atrelado aos interesses burgueses a militarização da educação da classe trabalhadora, contudo o referido ganha capilaridade e fulcro no âmbito do governo federal com a vitória de um governo de extrema direita.

A eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018 consolida um ciclo de reorganização de agentes adeptos de um projeto de extrema de direita. Esse grupo possui perspectivas e ações que vão da tendência a posição pró-ditadura, adeptos de teorias conspiratórias, religiosos fundamentalistas (os mercadores da fé), entre outros (MELO, 2020).

Existem três ideologias que circulam no interior desses setores burgueses neoliberais ultraconservadoras neofascistas. A primeira é regida pela doutrina neoliberal, que compreende que, não cabendo ao Estado nenhum tipo de intervenção no mundo dos negócios, para atender os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras. A segunda característica é o neoconservadorismo, observado em determinadas pautas relacionadas a hábitos tradicionais, como a descriminalização do consumo de drogas, debate de gênero (em meio a feminização intensiva do trabalho) etc. Esse receituário se soma à ideia de criação de personagens que, supostamente, seriam heroicos e responsáveis por conduzir a sociedade brasileira para momentos como de um passado falsamente apresentado como glorioso e adeptos a violência brutal contra seus supostos inimigos.

Todavia, com a vitória de Bolsonaro e em seu primeiro ano de mandato 2019, foi materializada, através do Decreto Federal 9.665, de 02/01/2019v, a Subsecretaria de Fomento das Escolas Cívico-Militares (SECIM), ligada à Secretaria de Educação Básica. Um dos objetivos principais das SECIM, segundo Brasil (2019), seria o fomento, e o acompanhamento do modelo de Ensino Cívico-Militar nas diversas esferas administrativas municipal, federal, estadual e distrital.

Ainda em 2019 no mês de julho, foi lançado pelo Governo o compromisso pela educação básica em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Que tinham dentre suas metas a suposta melhoria do ensino infantil, fundamental, médio e a Educação para Jovens e Adultos com a finalidade de fazer da educação brasileira referência na América Latina. Uma das esferas de atuação lançada para alçar os objetivos citados foram as Escolas Cívico-Militares que deveriam criar 108 institutos de ensino baseados na trindade “administração, educacional e didático-pedagógico” (BRASIL, 2019).

Intelectuais fazia menção em realizar um aproveitamento das experiências de educação já existentes no Brasil que em sua visão de mundo supostamente estariam dando certo como a militarização das escolas. Concomitante, ocorre a promulgação, pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, do Decreto Nº 10.004 de 5/ 09/ 2019, que deu condições jurídicas para a materialização das Instituições Cívico-Militares em todo país.

Ademais, Melo e Marques (2021) ao analisarem as concepções de educação das Diretrizes das ECIM identificam óticas burguesas que flutuam entre os traços de direita e extrema direita.

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: CONSULTA PÚBLICA E PRESSUPOSTOS

Neste subitem, realizamos à exposição de alguns elementos que, gravitam no entorno e atravessam a implementação das políticas públicas das Escolas Cívico-Militares. Contudo, vale ressaltar que a dinamização da educação pelo governo^{vi} de extrema direita foi sendo operacionalizado em meio aos embates que foram realizados entre os intelectuais da extrema direita contra setores da classe trabalhadora que não concordavam com os encaminhamentos das políticas educacionais.

Portanto, ocorreram desde medidas de austeridade como estrangulamento financeiro, propostas privatistas e conservadoras-reacionárias, que estiveram no horizonte dos intelectuais. No entanto, como já anunciado as forças dos de baixo também reagiram aos cortes da pasta da educação, só ano de 2019, ocorreram uma série de manifestações^{vii}. Portanto, o que fora identificado foi uma crise generalizada na gestão do ex - capitão, em especial na pasta da educação foi expresso nas trocas contínuas de agentes, indo de ministros, a cargos menores.

Realizando o caminho de volta de nossas elocubrações, o que vinha sendo difundido que o formato de Ensino Cívico-Militar implementado pelo (MEC) buscava a suposta melhoria dos processos de ensino-aprendizagem das escolas públicas, tendo como referência as unidades educacionais dos colégios militares do Exército, dos Corpos de Bombeiros e das polícias.

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, alicerçado na garantia de uma educação de qualidade, conforme estabelecido no Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, visa contribuir para o atingimento dessa Meta, por meio de um modelo de excelência de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa. Esse modelo é baseado nos Colégios Militares e será aplicado para as etapas ensino fundamental (anos finais) e ensino médio de escolas públicas que possuam baixo Ideb e alunos em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2021, p. 4).

A questão falada constantemente sobre os números baixos do IDEB liga o padrão de Escola Cívico-Militar do governo federal a outros formatos já existentes de Escolas militarizadas. Esse seria um fator que é encontrado nos discursos dos intelectuais da política pública como meio para avançar no consenso das massas. Ademais, busca conquistar a hegemonia entre intelectuais da burguesia utilizando como mecanismo de persuasão o aumento nos índices nas avaliações externas. Igualmente, aspectos de situações de pobreza, carestia e fome quando mencionados tem como intuito uma investida no consenso da classe trabalhadora quando afirma que, dentre os seus pré-requisitos, estão escolas em áreas de vulnerabilidade social.

Em sua cartilha de orientação para a instalação das Escolas Cívico-Militares, os

entes federados municipais, estaduais e distrital podem realizar adesão ao programa caso a unidade escolar atenda a alguns critérios estabelecidos como da figura abaixo.

Figura 1 — Listagem de critérios para a adesão das ECIM

Escola em situação de vulnerabilidade social e com baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).
Escola localizada na capital do estado ou na respectiva região metropolitana.
Escola que ofereça as etapas Ensino Fundamental II e/ou Médio e, preferencialmente, atenda de 500 a 1000 alunos nos dois turnos.
Escola que possua a aprovação da comunidade escolar para a implantação do modelo.

Fonte: Cartilha de orientação (2020)

Os requisitos ganham capilaridade frente a população quando podemos mencionar o IDEB, que se conecta as múltiplas esferas do projeto educacionais balizados em índices educativos. Na referida pesquisa, entendemos que o projeto educativo se concretiza como continuidade, sem criar dissociações aos simulacros educacionais militares em vigor, mas, sim um fenômeno tendo como ponto de confluência o governo federal.

Ademais, um capítulo especial - que ante^{viii}cede a instalação das ECIM-, seriam as supostas consultas públicas das comunidades escolares para a “adesão” do “modelo” aqui estudado. O documento diz segundo Brasil (2019, n/p) “a proposta é importante para esclarecer, por exemplo, que nada será imposto pelo governo federal. A adesão ao modelo ocorrerá nos estados e municípios que o desejarem” entretanto, o ex-presidente da república Bolsonaro (2019-2022) dizia,

Vi que alguns bairros tiveram votação e não aceitaram. Me desculpa, não tem que aceitar não, tem que impor, disse. Não queremos que essa garotada cresça e vai ser, no futuro, um dependente até morrer de programas sociais do governo, completou (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

Lembramos que o então presidente da república agiu como intelectual apoiador e difusor do referido padrão de ensino, ele não só deixa claro que não deve existir um querer por parte da comunidade escolar explicitando uma imposição desse formato de cima para baixo denotando uma característica de coerção modulando um consenso. O mesmo sinaliza que a consulta pública em caso da comunidade escolar não aceitar o modelo ECIM deve ser implementado de qualquer jeito, pois na visão de mundo do ex-presidente seria essa formação segundo sua fala capaz de fazer com que os jovens não dependam de programas sociais. O decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 que deu base jurídica para o programa igualmente traz elementos que versam sobre as consultas públicas

segundo Brasil (2019, s/p), “. Art. 9º Compete aos entes federativos que aderirem ao PECIM: IX - apoiar a realização de consulta pública formal e de caráter vinculante à comunidade escolar com o objetivo de aprovar o modelo de Ecim a ser implementado [...]”.

Podemos elucubrar que no artigo 9º ideia de “debate” na frase não é central, pois o dispositivo normativo está amparado na necessidade de aceitação das Escolas Cívico-Militares sinalizando uma propensão a sua aprovação independente diálogo. Nesse aspecto, Amaral e Castro (2020) sinalizam que a forma que o intelectual constitui a política pública da Escolas Cívico-Militares via decreto, sem debates com o legislativo apresenta como característica um governo não afeito ao diálogo. Tal questão é traduzida que a referida está propensa a elementos operacionais a aspectos coercitivos.

Retornando aos procedimentos consultivos Segundo Brasil (2019, p/n) “A etapa consultiva na escola pode ser organizada e coordenada pela diretoria escolar, que deverá selecionar e credenciar os eleitores aptos a votar, identificando-os em lista específica a partir dos dados constantes na secretaria da escola”.

Como vimos na citação acima, a consulta pública pode ser gerida pela direção da escola que, dentre algumas funções, responsabiliza-se pelo credenciamento e seleção dos votantes. Os eleitores devem constar em uma lista que esteja de acordo com as informações da escola.

Quando materializado esse processo se mostra complexo podendo não atender aos mínimos elementos democráticos relacionados ao progresso educativo que ocorreu na sociedade brasileira nos últimos tempos. Nota-se a gama de poderes que a direção escolar adquire em meio a organização das consultas públicas essa centralização de atribuições pode gerar uma série de procedimentos “viciados” que podem preconizar uma aprovação desses institutos em meio a um possível falseamento dos trâmites das eleições.

[...] Sugere-se ainda que, por meio de voto, possam participar da etapa consultiva os estudantes matriculados na escola, a partir dos 16 anos de idade, o responsável legal do estudante (tendo direito a um único voto por família, independentemente do número de filhos) matriculado e com frequência escolar regular nos doze meses que antecedem o processo de votação, professores efetivos, temporários, em função técnico-pedagógica, além de assistentes administrativos educacionais (BRASIL, 2019, p. 3).

Destacamos, da citação acima, que, mesmo existindo discordância entre filhos e responsáveis do modelo de educação adotado, fica subentendido que, no final de todo o diálogo, aqueles que vão poder votar serão os pais dos estudantes. Significa afirmar que, em caso de existir acordo entre os trabalhadores e sua “prole”, as decisões vão ser tomadas com “tranquilidade” dentro de um “consenso”, todavia se houver desacordo entre ambos, o que vai pesar será a posição dos pais, que pode operar como coerção sob seus descendentes, visto que cada célula familiar terá apenas um voto.

É notório a valorização que a instrução militar goza em meio à sociedade, pois muitos sujeitos da classe trabalhadora veem na carreira militar uma forma de

possibilidade de trabalho seguro para seus descendentes, o que pode resultar em muitos pais estarem propensos à aceitação dessa concepção de Educação Cívico-Militar. Portanto, entende-se que essas visões, “[...] não ‘nascem’ espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política da atualidade” (GRAMSCI, 2007, p. 82). Mas, ressaltamos que as Unidades Cívico-Militares não preparam os filhos dos trabalhadores para a intervenção profissional militar. Retornando a Consulta Pública, seu funcionamento ocorre com um cronograma, que segue as seguintes etapas no quadro abaixo:

Quadro 1 — Cronograma da consulta pública das ECIM

1 - CHAMAMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR
Convocação da Comunidade Escolar – que pode ser realizada por meio de carro de som, folder, rádio local, internet etc. – para conhecer o Programa.
2 - AUDIÊNCIA DE ESCLARECIMENTO
Reunião, previamente marcada, para explicação do modelo de Escola Cívico-Militar do Ministério da Educação. É de fundamental importância que o estado ou município tenha uma pessoa capacitada, com domínio do modelo a ser implantado, para que sejam retiradas todas as dúvidas da comunidade escolar. No portal do Ministério da Educação estarão todas as informações e as perguntas frequentes.
3 - AUDIÊNCIA DE CONSULTA PÚBLICA
Reunião que visa verificar o grau de aceitação do modelo pela comunidade escolar. O método mais comum é a votação, que deve ter regras claras para quem poderá participar (pais, professores, alunos, quadro de apoio da escola) e de como será apurado o resultado. Outros tipos de audiências poderão ser realizados, desde que garantam a transparência e a participação de todos.
4 - RESULTADO DA VOTAÇÃO
O resultado da audiência de consulta pública deverá ser formalizado e encaminhado ao Ministério da Educação junto ao Formulário de Indicação das escolas selecionadas.

Fonte: Cartilha de consulta pública (2019)

Como demonstrado no quadro acima o documento apresenta em um primeiro momento, o chamado da comunidade escolar; em um segundo momento, é realizada uma audiência pública como objetivo de esclarecer dúvidas em relação ao padrão de Ensino Cívico-Militar; em um terceiro momento, deve se materializar a votação.

O método mais comum é a votação, que deve ter regras claras para quem poderá participar (pais, professores, alunos, quadro de apoio da escola) e de como será apurado o resultado. Outros tipos de audiências poderão ser realizados, desde que garantam a transparência e a participação de todos. (BRASIL, 2019, p. 4).

Como podemos perceber na citação acima, a forma mais comum de adesão as Escolas Cívico - Militares ocorre por meio de votação; no entanto, vale dizer que o documento sinaliza existência de outras formas de audiência. Contudo, ele não as cita podendo criar uma ocultação de instrumentos e mecanismos diversificados que podem ludibriar a transparência do processo engendrando manobras que favoreçam a aprovação das Escolas Cívico-Militares.

O último trabalho relacionado a consulta pública trata da elaboração de um documento que consta o resultado dos trabalhos. “O resultado da audiência de consulta pública deverá ser formalizado e encaminhado ao Ministério da Educação junto ao Formulário de Indicação das escolas selecionadas”ix (BRASIL, n/p, 2019).

O estudo de caso de Tapajós e Silva (2023) afirma que em Belém do Pará, a Prefeitura Municipal aderiu ao PECIM no ano de 2020, tornando a Escola Liceu Mestre Raimundo Cardoso em Escola Cívico-Militar. O que se observou foi a implementação do modelo seguindo uma lógica autoritária impositiva, toma-se nota que o IDEB da escola não era baixo.

Outra questão verificada na pesquisa foi a falta de informação da comunidade escolar em relação as consultas públicas para implementação das ECIM, ademais alguns agentes sinalizam que apenas foram informados que a unidade escolar adotaria o modelo militarizado (TAPAJÓS; SILVA, 2023).

Um dado, manipulado a longa data, para buscar a consenso das massas a aderirem a militarização da educação está pautada na questão da violência, que foi e é recrutada como discurso dos intelectuais e agentes em diversos estados da federação com o objetivo de aumentar as escolas militarizadas. Essa questão é igualmente identificada no Decreto que deu condições jurídicas para implementação das Escolas Cívico-Militares segundo Brasil (2019, n. p) “Art. 4º São objetivos do PECIM VIII - contribuir para a redução dos índices de violência nas escolas públicas regulares” [...]. Torna-se perceptível que a mídia teve, no decorrer das últimas décadas, um papel relevante para criar um consenso em meio às massas sobre a problemática da violência.

A questão fora e continua sendo tratada em uma perspectiva reacionária-conservadora abstraída da realidade em meio a relações sociais, que acabou gerando uma intensificação no senso comum de uma posição pró-justiceiros em uma visão que “uns” (traficantes, ladrões etc.) seriam mais marginais que os outros (milicianos, pistoleiros,

assassinos de aluguel etc)”. E concordamos que caberia aos primeiros serem eliminados pelos segundos através da força, sendo que esses últimos têm em sua composição um número significativo de agentes da segurança como as Polícias Militares, militares das forças armadas etc. Por isso, o intuito é persuadir as massas pois “[...] o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (GRAMSCI, 2007, p. 119).

Contudo, existe um número significativo de casos dos agentes das forças de segurança com envolvimento em crimes de toda ordem, como violências e assassinatos. Rememoramos que, no ano de 2021, uma unidade Cívico-Militar no estado do Paraná apresentou um caso de agressão e violência de um monitor (Policia Militar) com um discente. O policial, não concordando com algumas atitudes do aluno fez ameaças a ele, e o agrediu.

Essa é uma forma histórica que os instrumentos de coerção burgueses tratam os trabalhadores e seus filhos, sendo facilmente identificada em estudos e até mesmo na mídia burguesa como de extrema violência e brutalidade. Por isso, se esses profissionais (militares etc.) agem nessa dinâmica há décadas, não há nenhuma esperança relacionada a mudanças, pontuamos que fenômenos como o de Paraná vão se reproduzir em locais diversos do país.

Outras questões que podemos levantar intuem que pesquisas realizadas sobre as escolas militarizadas vêm demonstrando que não há uma relação direta entre a problemática da violência e o quantitativo de institutos militarizados implementado em uma determinada região. No estudo de Guimarães (2019), foi realizado então visitas nas unidades militarizadas no estado de Goiás, e a então pesquisadora chegou à conclusão de que nenhuma das escolas se encontravam em local com altos índices de violência. Fora verificado que as instituições se localizavam em região de classe média e que, em alguns desses locais, a militarização das escolas levou a uma valorização imobiliária.

Veiga (2020) afirma que, em seu estudo, é perceptível que o grupo de instituições militarizadas no território nacional não apresenta relação direta com a questão violência. Foi percebido pelo autor que diversas regiões e estados com maiores índices de violência tinham menos unidades escolares. Tal questão sinaliza um paradoxo entre o que é dito e o movimento do real, isso sinaliza que o discurso da violência para a instalação das escolas militarizadas está abstraído da materialidade. Ademais, tomemos nota que um leque amplo de partidos que, ao menos em sua aparência, apresentam-se em posições diferentes no espectro político, vem aderindo ao modelo militarizado educativo, indicando que em algum nível esse formato apresenta uma hegemonia.

CONCLUSÃO

Nossa análise identificou alguns paradoxos entre o que é dito, e a realidade, logo chegamos a alguns fatores. Dentre estes, destacamos que as falas que utilizam a violência como base para avançar no senso comum não possuem sustentação no movimento real, apresentando disparidades entre o que é falado e o que é realizado. Todavia, é um projeto que, como reflexo das relações sociais, vai em sentido contrário aos interesses da classe trabalhadora. Pontuamos que as Escolas Cívico -Militares conseguiram um avanço, pois até mesmo um leque amplo de partidos que, ao menos em sua aparência, apresentam-se em posições diferentes no espectro político, vem aderindo ao modelo militarizado educativo. Contudo o governo do Partido dos Trabalhadores em julho do ano de 2023, declarou o fim da política pública através de ofício, porém alguns estados já declaram que vão manter as suas unidades.

Por fim, é visível que já existem casos no país onde o modelo educativo militarizado vem sendo recusado através de duríssimas batalhas que conjugam docentes, alunos e demais componentes da comunidade escolar através de mobilização. Acreditamos ser esse um dos caminhos possíveis para além de barrar a implantação das ECIM, igualmente tencionar uma inflexão no movimento de militarização das escolas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Daniela Patti do; CASTRO, Marcela Moraes de. Educação moral e cívica: a retomada da obrigatoriedade pela agenda conservadora. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 178, p. 1078-1096, out./dez. 2020. < <https://doi.org/10.1590/198053147129>>

ALVES, Mirian Fabia.; TOSCHI, Mirza Seabra. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 633–647, set./dez. 2019. DOI:<https://doi.org/10.21573/vol35n32019.96283>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/96283>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 157, n. 1-B, p. 6–21, 2 jan. 2019. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/01/2019&jornal=601&pagina=6>. Acesso em: 11 nov. 2021.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Cartilha de Consulta Pública Escola Cívico-Militares**. Brasília: MEC, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 10.004, de 05 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm. Acesso em 03 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes das Escolas Cívico-Militares**. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/10DIRETRIZESPECIMVERSO_observaes_14072021_convertido2.pdf. Acesso em 03 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola Cívico-Militares**, [c2019]. Disponível em: <https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 nov. 2021.

COUTINHO, C. N. **Introdução**. In: GRAMSCI, A. O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916–1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 13–39.

GAWRYSZEWSKI, B; MOTTA, V. C. A ofensiva conservadora-liberal na educação: elementos para uma análise da conjuntura contemporânea. In: Trabalho Necessário. Ano 15, nº 26/2017, p.6-29. Disponível em: www.uff.br/trabalhonecessario. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antônio. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. In: GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira. Os novos modelos de gestão militarizada das escolas públicas: um estudo a partir da experiência na rede estadual de ensino de Goiás. Orientador: Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa. 2019. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira. Os novos modelos de gestão militarizadas das escolas estaduais de Goiás. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA, 2017, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: UnB, p1-16. Disponível em:

[https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502846486_ARQUIVO_TRABALHO_COMPLETO_ANPUH_-Paula_2017\(1\).pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502846486_ARQUIVO_TRABALHO_COMPLETO_ANPUH_-Paula_2017(1).pdf). Acesso em: 12 nov. 2021.

MARQUES, Guilherme de Souza. Entre déspotas, bufões e mitos existiam batalhões escolares: analisando as concepções de educação das escolas cívico-militares. Orientador: Marcelo Paula de Melo. 171f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RJ, 2021.

MOTTA, V. C; SILVA, A. M. A presença do empresariado na educação pública brasileira e a precarização de novo tipo do trabalho docente. **Educação em Revista**, Marília, v.18, n.2, p. 27-42, Jul.-Dez., 2017.

MELO, Marcelo Paula; SOUZA MARQUES, Guilherme. Análise das Diretrizes das Escolas Cívico-Militares de 2021 da Educação Básica do governo Bolsonaro (2019-2022). **Revista Cocar**, 2023, 19.37.

NOMA, A. K.; KOEPEL, E. C. N.; CHILANTE, E. F. N. Trabalho e educação em documentos de políticas educacionais. In: **Revista HISTEDBR online**, Campinas, p. 65–82, ago. 2010.

TAPAJÓS, Michelle Costa; DA SILVA, José Bittencourt. Escola cívico-militar em Belém/PA: discussão a partir de um estudo de caso. **Retratos da Escola**, 2023, 17.37: 161-181.

VEIGA, Carlos Henrique Avelino. Militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do Estado. Orientador: José dos Santos Souza. 255f. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) — Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

Nota

ⁱ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor de Educação Básica I - da Prefeitura Municipal de Nilópolis. Professor Substituto de Didática e Prática de Ensino da Educação Física UFRJ. Doutorando do Programa de pós-graduação em educação na UFRJ. Rio de Janeiro. Brasil. Membro do Coletivo de Estudos de Políticas de Esportes, Educação Física e Lazer (Geopoles). E-mail: foliosjm@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5067-6346>

ⁱⁱ Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Leciona na Escola de Educação Física e Desportos e no Programa de pós-graduação em educação na UFRJ. Rio de Janeiro. Brasil. Líder do grupo de Pesquisa Coletivo de Estudos de Políticas de Esportes, lazer e Educação Física (GEPOLES). Email: marcelaomelo@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0146-4275>

ⁱⁱⁱ De forma “resumida” é um instrumento que cria uma escala de posições entre alunos, escolas, estados e países gerando um banco de dados das notas obtidas, o que funciona supostamente como um parâmetro para alterações de políticas públicas educacionais.

^{iv} No decorrer do mandato devido aos diversos problemas e atritos no interior do Partido, saiu da sigla precocemente

^vInformação extraída de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9665.htm. Acessado em 12/09/2021

^{vi} Tratou-se de um governo que foi conduzido em uma crises nas suas diversas esferas, aqui consideramos como fundamental tratar da educação, pois é objeto do presente.

^{vii} <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/cidades-brasileiras-tem-atos-contra-bloqueios-na-educacao.ghtml>

^{ix}O documento referente à consulta pública das Escolas Cívico-Militares não apresenta os nomes de quem elaborou o material, ficando visível somente que sua formulação foi fruto de uma parceria entre Ministério da Defesa, da Educação e Governo Federal.

^xDisponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/operacao-prende-59-policiais-militares-no-riosuspeitos-de-envolvimento-com-trafico,2d28d6338277b310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>. Acessado em 14/09/2021

^{xi}Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/09/20/no-rio-numero-de-mortes-por-policiais-em-2019-e-recorde.ghtml>. Acessado em 27/09/2021

Recebido em 28 de fevereiro de 2024

Aceito em 6 de abril de 2024

Editado em junho de 2024